

2 Pressupostos Teóricos

“A teoria sem a prática vira “verbalismo”, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” (Paulo Freire)

Início, na seqüência, a delinear os pressupostos teóricos a partir dos quais referencio minhas interpretações e análises. Penso que seja importante tratar, em um momento inicial, da questão da pós-modernidade, contextualizando a pesquisa, a pesquisadora e os pesquisados em tempo e espaço.

Ao prosseguir o texto, discorro sobre socioconstrucionismo, idéia bastante consoante com as visões pós-modernas vigentes e com o próprio paradigma qualitativo-interpretativista adotado na pesquisa. A não-existência de verdades essenciais nos leva a pensar sobre significados e valores construídos e combinados socialmente, na esfera interacional. Valores socioconstruídos relacionam-se diretamente com a questão identitária, um dos pilares de minha pesquisa.

Passo, então, a expor idéias sobre a construção de identidades na pós-modernidade, entendendo identidade como construtos sociais, fluidos e híbridos.

Continuo o texto desenvolvendo a questão das identidades. Relaciono, assim, tal questão com os conceitos de entrevista e narrativa, os outros dois pilares desta pesquisa.

Sigo tratando mais detalhadamente do conceito de identidade, partindo de idéias de Goffman ([1963] 1988, [1959] 1975) sobre identidade social, identidade pessoal e então concentrando o olhar no aspecto da agentividade e da performance, que nos possibilita a sensação de um *self* singular, articulado socialmente.

2.1 Mundo pós-moderno

Ao realizar esta pesquisa tenho sempre em mente que qualquer visão ou interpretação dos dados que venho gerando devem muito considerar os tempos em

que nossas existências se dão. Vivemos em tempos em que as visões e interpretações estão banhadas pela pós-modernidade.

Pensemos um pouco sobre este mundo pós-moderno à luz de Hall (1999), Bauman (2005) e outros. Apesar de pairarem sobre o pós-moderno indagações e incertezas a respeito de seu início, suas características e abrangências, não há mais como negar que novos tempos, novos entendimentos, novos olhares sobre o ser humano já se fazem presentes nos campos de pesquisas. Trata-se de uma discussão que vai do social às ciências, da filosofia à literatura e demais humanidades, das artes ao folclore, da linguagem à comunicação, das teologias às ciências das religiões.

Vivemos em um mundo globalizado, sem distâncias, sem dia ou noite, sem intervalos. O advento da tecnologia nos proporciona informações, dados e imagens ininterruptamente de toda parte do planeta e até mesmo de planetas e astros vizinhos no espaço sideral. Vivemos no tempo em que a biociência e a tecnociência dão à luz o ser humano pós-orgânico, aquele que ultrapassa seus limites espaciais e temporais, não intimidado por sua condição humana. Os meios de comunicação de massa, a informática e a eletrônica dão espaço para o surgimento de rostos sem sujeitos e de sujeitos sem rostos, pessoas virtuais, que podem habitar lugares virtuais. Há uma verdadeira falange científica, tecnológica e comercial, adotando a idéia de Rifkin (apud Sibilia, 2002) tornando líquidos tudo e todos.

Bauman (2005) argumenta que o estado líquido é uma metáfora bastante pertinente para a sociedade, os seres e as relações pós-modernas. Líquido é tudo aquilo cuja forma é fluida, não fixando espaço, podendo ser mudada a qualquer instante. Líquida e fluida, o que conta para esta era é mesmo o tempo. Não há rigidez. Qualquer acontecimento só pode ser entendido se datado. ‘Mudança’ é a palavra de ordem. As sociedades pós-modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Na pós-modernidade, a instabilidade, o paradoxo e o dissenso prevalecem sobre as certezas. A errância faz-se fundadora do conjunto social.

Voltemos um rápido olhar para o combatente da pós-modernidade, que vive a instabilidade desses momentos, os pára-quedistas que estudo, homens treinados para enfrentar conflitos. Os pára-quedistas brasileiros integram uma sociedade líquida, onde identidades são multifacetadas e fronteiras geográficas, inexistentes.

Na época em que vivemos, tempo e lugar não constituem barreira ou impedimento nem mesmo para o combate. Fato é que a própria natureza da guerra faz-se outra. A mera possibilidade do emprego de uma nova tecnologia, por exemplo, funciona dissuadindo combates iminentes. A luta passa a ser virtual, imaginada a priori. Percebo que os militares combatentes com quem convivo, como quaisquer outros profissionais de nossos tempos, circulam, agem e interagem em diferentes contextos, seu lugar não é apenas a caserna ou a trincheira. O combatente pós-moderno também apresenta identidades múltiplas (pai?, marido?, filho?, profissional?, líder?, guerreiro?, religioso?, erudito?) enquanto em sua atuação profissional artefatos tecnológicos conferem a seu corpo poderes pós-orgânicos. Não há distinção radical entre *physis* e *techne* para este homem. O universo do combatente pós-moderno é volátil: pela manhã ele pode manejar com destreza obuses e granadas, ou ainda realizar um salto de pára-quedas em condições climáticas adversas, e ao final da tarde estar empurrando um carrinho de bebê pela calçada de seu bairro ou ainda dividindo afazeres domésticos com sua esposa.

Meus estudos voltam-se, assim, através de uma visão das narrativas elaboradas durante as interações enquanto um lócus importante donde o narrador e seu interactante constroem colaborativamente visões de mundo e de si próprios, para a compreensão das formas de vida no universo onde vive o pára-quedista da pós-modernidade e onde suas identidades são construídas. Pesquisadora e comunidade pesquisada são parte desta época em que contradições prevalecem sobre as certezas. Creio que este aspecto deva ser considerado por influenciar tanto os comportamentos evidenciados quanto os entendimentos construídos.

2.2

Socioconstrucionismo

Munida de questões ontológicas que abarcam dúvidas sobre a natureza da relação entre identidades individuais e coletivas, entre performances/agências criativas e moldes sociais, trago o enfoque socioconstrucionista (Moita Lopes, 2003; de Fina et alli, 2006) como referência para tais questões.

Adotar o enfoque socioconstrucionista implica entender o mundo social de forma não essencialista. Nada há em nossas existências que traga em si uma verdade essencial que corresponda biunivocamente a uma parte substancial da

realidade. Minha preocupação enquanto pesquisadora seria, então, encontrar, na esfera social, as várias facetas de um fenômeno – nesta pesquisa, identidades – que não pode ser explicado pela sua essência, justamente por não haver essência.

O conceito de verdade é entendido sob o ângulo da interpretação, e esta só é possível por meio da linguagem. Garagalza (2003: 72) salienta um pensamento de Wittgenstein: “Significados e valores não preexistem independentes da linguagem, constituem-se antes no interior de uma prática, de uma ‘forma de vida’, de um jogo lingüístico”. Valores, sentimentos e idéias são lingüisticamente constituídos, assim, cultura, visões de mundo e linguagem formam um todo inseparável. Logo, percebe-se que a linguagem desempenha um papel central na construção de sentidos no mundo que nos rodeia, haja vista serem os significados fabricações sociais que se dão na esfera do uso lingüístico, da intersubjetividade.

O ser, entendido sob a perspectiva pós-moderna, está sempre impregnado pela palavra, pela interpretação, não sendo nem sólido nem imóvel. Gadamer resume o vínculo indissociável entre linguagem, práticas sociais, posturas, sociedade: “O ser que pode ser compreendido é linguagem” (Gadamer, 1977:567).

2.3

Identidades socioconstruídas e pós-modernidade

Identidade, sob o enfoque socioconstrucionista, não é algo inerente às pessoas e nem um produto estável resultante de suas existências. Por vivermos tempos de pós-modernidade, onde o caráter de mudança pulsa fortemente, não poderíamos considerar as identidades como algo estanque, cristalino ou transcendente. Este trabalho considera as identidades como construtos relacionais, fluidos, híbridos, dinâmicos, contextuais, situados, multidimensionais, processuais, socioconstruídos (Schiffrin, 1993; Mishler, 1999; Giddens, 1991; Bauman, 1997, 2001; Bastos, 2005; entre outros).

Não há como excluir o papel do outro no processo de construção de identidades, alteridade é, neste ponto, um conceito fundamental a ser considerado (Bakhtin, 1981), isto é, nossas posturas e reações em relação àqueles com quem interagimos. Comungo da visão socioconstrucionista compartilhada por Hall (1999) que compreende as identidades culturais como tendo bases mutáveis, não

se mantendo da mesma forma ao longo do tempo. As identidades são vistas, assim, como fragmentadas, fraturadas, plurais, alteráveis, construídas de forma múltipla nas diversas práticas discursivas em que nos engajamos.

Como coloca Bauman (2005:21)

“... a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que esta luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta.”

Do exposto, percebe-se que identidade é um processo de ocupação de lugares decorrente de situações e negociações interacionais, eminentemente sociais e que demandam trabalho discursivo. A identidade é uma prática, um construto social que se funda em práticas discursivas.

As práticas discursivas e as situações interacionais em que nos engajamos não se dão em um vácuo contextual, suas peculiaridades variam em conformidade com os contextos e enquadres (Tannen & Wallat, 2002) onde ocorrem. Qualquer análise lingüística deve considerar o contexto de onde as instanciações emanam (Erickson & Schultz, 2002). Conseqüentemente, ao analisar identidades, deve-se considerar que elas não são algo dado à posse, mas sim que dependem de situações interacionais específicas. Contextos interacionais oferecem uma gama de possibilidades ontológicas, possibilidades estas que não emanam naturalmente dos indivíduos, mas que advêm de processos sociais de negociação, exigindo assim trabalho discursivo, ou seja, o modo como se escolhe usar a linguagem em contextos diversos, e ainda no mesmo contexto, é determinante das identidades que construímos.

Assim entendo o aspecto performático (Bastos, 2004, 2005; Bastos e Oliveira, 2006; Butler 2005; Mishler, 1999; Bulcholtz & Hall, 2003) das identidades. Percebe-se que as identidades que os indivíduos assumem em suas práticas sociais não dependem apenas de aplicarem aos outros e a si mesmos categorias pré-estabelecidas de exclusão ou afiliações a grupos e suas práticas e atividades rotineiras. Segundo Bucholtz and Hall (2003:371) “quando indivíduos decidem se organizar em um grupo, eles o fazem não mediante similaridades pré-existent e reconhecidas, mas sim mediante agência e poder”. Neste caso, identidades não são entendidas como meramente representadas nos discursos, mas

sim como desempenhadas e corporificadas através de uma gama de meios lingüísticos e não-lingüísticos, do que se conclui, mais uma vez, que pertencer a um grupo ou a uma categoria social não pressupõe nenhuma predisposição natural de seus integrantes, há que se trabalhar. Lembro-me aqui de uma frase bastante proferida no meio militar que me parece ressoar o aspecto performático das identidades: “Não basta ser, você tem que parecer ser”. Performance e posicionamento (Bamberg, 2002) serão palavras-chaves em minhas análises.

Não havendo essência a ser buscada, cabe ao analista demonstrar como as identidades são construídas, reproduzidas, negociadas por meio da linguagem e como elas são dadas à luz por meio da interação social e práticas lingüísticas em que as pessoas se engajam. Ofereço uma possibilidade de análise das identidades construídas pelos pára-quedistas e de como eles elaboram as relações entre identidades individual e social ao interpretar suas performances interacionais com foco especial nas narrativas em situação de entrevista face à pesquisadora.

2.4

Entrevistas e construção de identidades

Os dados interpretados neste trabalho foram gerados em entrevistas. O pensamento que desenvolvo a seguir contribui para justificar a entrevista como pertinente técnica de geração de dados para o trabalho onde o que se busca é investigar o processo de construção de identidades desenvolvido pelos pára-quedistas entrevistados. No capítulo dedicado à exposição da metodologia aplicada à pesquisa abordo o tema ‘entrevistas’ sob uma perspectiva mais detalhada.

Toda sociedade é formada de indivíduos. Por mais que seus membros compartilhem vivências e significados como um grupo coeso, e mesmo sendo qualquer grupo “uma unidade maior do que a soma de suas partes” (Durkheim, [1895]1966, apud Schiffrim, 2006:107) não há como fugir à visão de que o grupo é o resultado da união de suas partes, uma tropa é constituída por pessoas, uma a uma. Enquanto pesquisadora, quanto mais eu me aproximo da coletividade, mais intrigada me ponho sobre as singularidades de seus componentes. A idéia de entender como, em meio às forças identitárias do grupo, cada indivíduo manifesta e constrói sua noção de *self* está fortemente presente em meus questionamentos.

Mas esta curiosidade não me entorpece a ponto de considerar os dois termos simples opostos e me fazer partir para as análises das entrevistas com a idéia de que “o ser humano singular, rotulado de indivíduo, e a pluralidade das pessoas, concebida como sociedade, pareçam ser duas entidades ontologicamente diferentes” (Elias, 1994:7).

Apoiando meus pensamentos em Elias (ibidem), entendo que não há ser humano singular, uma entidade que viva em completo isolamento. Por outro lado, uma coletividade não é apenas o somatório de muitos indivíduos e nem tampouco uma entidade que exista para além dos indivíduos. Acredito que minha pesquisa, baseada na análise de narrativas elaboradas durante interações em entrevistas, possa oferecer uma contribuição para este paradoxo ao preconizar as práticas discursivas, em especial as narrativas, banhadas das ideologias (Fairclough, 1992), como terra fértil que faz florescer performances de identidades e visões de *self* em resposta aos valores vigentes.

O sentido das práticas sociais do cotidiano dos pára-quedistas estudados se faz em interface com os valores e crenças compartilhados e negociados em suas interações. Isto implica reconhecê-los enquanto uma comunidade semiótica, uma comunidade interpretativa (Fish, 1976) isto é, como usuários de um código semântico, capazes de usar a ‘gramática’ de seu sistema semiótico para agir no mundo, construindo sentidos para suas práticas em geral, sentidos para suas existências, concordando ou discordando dos sentidos vigentes, mantendo ou modificando seu próprio código.

No site oficial da Brigada de Infantaria Pára-quedista (www.bdainfpqdt.eb.br), onde se pode ouvir a voz institucional, lê-se a seguinte colocação identitária. Esta colocação, que pretende brevemente descrever a tropa pára-quedista, evidencia quais características valorizadas institucionalmente contribuem para constituir a identidade do grupo:

“A tropa pára-quedista, inteiramente formada por voluntários, tem como características: a coragem, a agressividade no combate, a determinação no cumprimento da missão, a resistência física e a camaradagem. Tais elementos forjam a mística pára-quedista, cultuada no dia-a-dia da caserna e materializada nos símbolos inconfundíveis de nossa tropa: o brevê prateado, o “boot” marrom e a boina bordô”.

A própria idéia de serem ‘voluntários’, como expresso no *site*, implica a possibilidade de pensá-los como seres agentes e atuantes, como pessoas que manifestam intenções, ações, escolhas e, por isso, passíveis de propor mudanças nas ordens semióticas vigentes, criando definições genuínas para quem são e para suas afiliações.

Penso que para entendermos tais sentidos e formalizá-los em uma pesquisa acadêmica, faz-se necessário ouvir essas pessoas, faz-se mister que elas se expressem, que suas vozes sejam consideradas. Antes que qualquer interpretação, crítica ou comentário seja emitido acerca da cultura que compartilham, é preciso pensar sobre o ponto de vista dos membros do grupo, sobre os valores considerados, suas ideologias, e, principalmente, como e até que ponto os membros do grupo se servem de tais questões para se constituírem como sociedade e como indivíduos. Penso que as entrevistas possam ser usadas nesta intenção.

2.5

Narrativas e construção de identidades

"Minha experiência não pode se transformar diretamente na sua experiência... Ainda assim, algo passa de mim para você... Este algo não é a experiência assim como foi vivida, é, porém, o sentido". (Paul Ricoeur)

Dentre os portais de investigação social proporcionados pela análise de entrevistas, devoto, neste trabalho, especial atenção às narrativas produzidas por meus interactantes.

Apoiada, inicialmente, em autores como Labov (1972) e Bruner & Wiesserer ([1991] 1995), vejo a narrativa como um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações ordenadas em sequência temporal com uma sequência de eventos que (infere-se) ocorreram. O fato de tais orações tratarem de acontecimentos específicos, estarem intencional e arbitrariamente ordenadas em sequência temporal, além de terem um ponto e de possuírem a qualidade de reportabilidade, confere a tal conjunto o perfil de narrativas (Labov e Waletzky, 1967; Labov, 1972).

Considerarei, ainda em Labov, os elementos estruturais da narrativa, obrigatórios ou não, tais como resumo inicial, orientações, ação complicadora,

resolução, avaliação, ponto e coda. Penso que utilizar a noção de tais elementos em um primeiro olhar sobre as narrativas possa organizar, estruturar e embasar meu olhar de investigadora. Observando a estrutura das narrativas, considerarei a negociação do significado social da história contada, principalmente mediante a análise do ponto e das avaliações. Os elementos da narrativa serão relacionados com questões como o ordinário, o canônico, o extraordinário (Bruner, 1990; Sacks, 1984) ao entender as narrativas como “construções situadas da experiência, através das quais organizamos essa experiência individual e mantemos a ordem social” (Bastos, 2005).

Inspirada por Bastos (2008), para as análises das narrativas elaboradas durante as entrevistas, utilizarei uma visão crítica do modelo de Labov, conjugada com uma abordagem interacional do discurso (Gumperz, 1982). Serão usados alguns termos do vocabulário laboviano tradicional, assim como avaliação, orientação, ponto, ação complicadora, narrativa mínima. Saliento, porém que a idéia de narrativa que orienta minha pesquisa não se restringe à visão laboviana canônica. A concepção de narrativa em que me fio aproxima-se do que Goffman propõe.

“Em resumo, falar costuma envolver o relato de um evento –passado, corrente, condicional ou futuro, contendo uma figura humana ou não – e esse relato não precisa ser, mas comumente é, apresentado como algo a ser re-experimentado, a ser saboreado, a ser elaborado, ou qualquer outra ação que o apresentador espera que seu pequeno show induza a audiência a experimentar” (Goffman, 1974: 506).

Assim, ampliando a visão laboviana de entender as narrativas como uma representação daquilo que aconteceu, considero as idéias de Bruner (1990) ao perceber as narrativas como a forma de organização básica e construção da experiência humana, da vida social de maneira geral. A narrativa mostra-se um *locus* privilegiado para construir e entender o mundo que nos cerca (Bastos, 2004: 120), portanto, lanço meu olhar sobre as narrativas como recontagens seletivas e contextualizadas, guiadas pelo filtro de nossas emoções, de lembranças de eventos (Bastos, 2005: 80), compreendendo-as como um fator de construção do social, de construção de significados tanto para o mundo que nos cerca quanto para nossas próprias identidades. É importante notar também que as narrativas podem estar camufladas nas falas e não apresentarem-se da forma canônica primeiramente

proposta por Labov (e Waletzky, 1967; Labov, 1972) . Muitas vezes uma breve referência a uma história, mesmo que a história não seja narrada em detalhes, pode funcionar como um importante ícone de construção de sentidos para a interação como um todo, principalmente quando o que se busca é construir facetas de identidades. Georgakopoulou (2006:123) sugere o termo pequenas histórias, retomado por Bastos (2008) que funciona como um termo guarda chuva para se referir a uma gama de atividades narrativas tais como, breves referências a outros eventos quando uma narrativa principal já está em curso, eventos futuros ou hipotéticos, menção a eventos de conhecimentos compartilhados entre os interactantes, breves alusões a eventos narrativos e mesmo recusa em narrar determinado evento.

A questão de selecionarmos acontecimentos, relacionando-os a fim de falarmos sobre nossas experiências vivenciadas, ou mesmo hipotéticas, ao dirigirmos nossas falas para uma audiência determinada em um contexto específico, ou seja, a criação do universo narrativo (tempo, lugar, pessoas, eventos), pode nos possibilitar transformar nossas lembranças, solidificar certas interpretações e modos de relatá-las, além de permitir que o narrador da história seja interpretado à luz das representações que ele próprio articula, isto é, de sua performance identitária. Segundo Bastos (2005), ao criarmos esses universos narrativos, nos posicionamos em relação a esses personagens, cenários e ações. Como coloca Riessman (1993:2) “indivíduos constroem eventos passados e ações em narrativas pessoais para reivindicar identidades e construir vidas”.

Uma vez que, através deste estudo, ofereço pesquisar o jogo interacional e identitário onde figura a socioconstrução das subjetividades no processo de construção da identidade do militar pára-quedista do Exército Brasileiro, interessam-me principalmente as histórias em que o narrador constrói um cenário para falar sobre si mesmo. Neste ponto busco suporte, uma vez mais, nos estudos pioneiros de Labov que entendem as narrativas de experiências pessoais como as mais ricas em termos de avaliações e por funcionarem na apresentação de uma imagem do narrador.

Busco apoio também em Linde (1993) no que diz respeito ao conceito de histórias de vida por funcionarem na criação e manutenção de identidades. Ao contarem suas histórias de vida, os narradores relatam eventos que ilustram, na visão deles, como se tornaram o que são. Este aspecto é de suma importância para

que eu, enquanto pesquisadora, possa entender a visão do militar pára-quedista sobre seu próprio contexto profissional, suas atividades diárias, suas funções na caserna, os valores e ideologias considerados traçando através de seus posicionamentos e performances discursivos uma identidade tanto para si quanto para o mundo social de que faz parte. Enfim, penso que o universo narrativo construído pelos participantes da pesquisa seja campo suficientemente fértil para uma compreensão de como tais pessoas constroem suas autobiografias mediante a gramática social que compartilham.

No que tange à tal gramática, isto é, os valores e ideologias oferecidos como fundantes de visões e interpretações de mundo, farei referências aos entendimentos aos quais pude chegar em minha pesquisa de mestrado (Bruno, 2005), haja vista todos os militares entrevistados nesta pesquisa terem cursado, antes de sua especialização pára-quedista, a mesma escola de formação, a Academia Militar das Agulhas Negras. No trabalho intitulado “Discurso Pedagógico: prática de significação ideológica. Uma visão da construção de identidades em contexto educacional militar”, ofereço uma interpretação sobre as intenções da escola de formação no que se refere à construção de identidades de seus alunos a partir da análise de práticas discursivas entendidas como a materialização do discurso pedagógico institucional.

Penso que as ideologias vivenciadas na Brigada Pára-quedista estejam fortemente relacionadas com os valores veiculados no discurso pedagógico da escola de onde tais pára-quedistas são oriundos. Analisando as narrativas pessoais de integrantes da tropa de infantaria pára-quedista penso ser possível oferecer interpretações acerca de como as identidades são construídas no jogo envolvendo indivíduos (suas experiências, reflexões pessoais) e as ideologias e códigos semióticos valorizados na cultura a que pertencem.

Como coloca Bruner (1990), a narrativa pode funcionar como mediadora entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos e esperanças. Se nossas narrativas, lembranças de eventos e histórias de vida são percoladas por nossos filtros afetivos (Bastos, 2005), isto é, nossas emoções, penso que seja bem possível um mergulho no mundo narrativo do entrevistado como uma tentativa de deixar falar o idiossincrático, uma tentativa de ler o subjetivo, o individual, o autobiográfico construído socialmente.

A seguir, motivada por aquilo que Bruner trata por ‘mundo canônico da cultura’ e ‘mundo idiossincrático dos desejos e esperanças’, fio-me inicialmente em Sewell Jr (1999) para discorrer sobre o conceito de cultura. Em seguida, apoiando-me em Gubrium & Holstein (2000) e Goffman ([1963] 1988, [1959] 1975), trato dos conceitos de identidade social, identidade pessoal e identidade do *self*. Penso que abordar tais conceitos seja importante uma vez que pretendo dar atenção à relação entre a gramática social compartilhada pelos pára-quedistas e seus processos autobiográficos de construção de identidade do *self*, isto é, o jogo envolvendo agência individual e contexto social.

2.6

Grupo, coletividade, comunidade e identidade social

Proponho um primeiro passo rumo à longa caminhada que tenho pela frente: organizar o que pretendo entender como um grupo, uma comunidade, afinal, foi a aproximação de um pelotão em marcha, um grupo de soldados emassados que me fez levantar os primeiros questionamentos desta pesquisa. Assim, proponho colocações gerais a respeito dos conceitos de ‘grupo’, ‘coletividades’, ‘comunidades’, ‘sociedades’, mediante as quais trabalharei.

Entendo a coletividade formada pelos pára-quedistas do Exército Brasileiro sob a ótica do conceito de ‘cultura’ proposto por Sewell Jr (1999:47). Segundo este autor, ‘cultura’ refere-se a uma esfera de atividades práticas desempenhadas por uma coletividade (animadas por ações, performances, relações de poder, luta, contradições e mudança) cujos sentidos e propósitos advém de um sistema de valores, de significados, interpretações e símbolos compartilhados pelos seus membros e que os constituem como um grupo.

Podemos compreender a proposta da Brigada de Infantaria Pára-quedista citada anteriormente no item 2.4 deste trabalho com base no conceito de cultura elaborado por Sewell Jr.. A prática de atividades em comum e ações em conjunto (‘cumprimento da missão’) contribuem para uma noção de coletividade que comunga dos mesmos ideais (‘cultuada no dia-a-dia da caserna’) e que vivencia um código semiótico, filtro de suas interpretações (‘mística pára-quedista’, ‘materializada nos símbolos inconfundíveis’)

Assim, ‘sistema de significados’ e ‘prática’ constituem uma dualidade indissolúvel, uma dialética harmônica, o que nos possibilita entender o conceito ‘cultura’ enquanto “a dimensão semiótica das práticas sociais humanas em geral” (ibidem:48) ou ainda “uma rede de relações semióticas difundidas em sociedade” (ibidem:49). A coletividade de pára-quedistas alvo deste estudo constitui uma comunidade de prática (Wenger, 1998) que desenvolve suas próprias rotinas, rituais, símbolos e convenções enquanto negocia sentidos para tais experiências. Este grupo vivencia, portanto, uma cultura.

Gubrium & Holstein (2000:13) comentam que ao conduzirmos nossas vidas, freqüentamos, integramos, circulamos e manifestamos afiliações por um sem número de comunidades em busca de identidades. Trabalhamos em instituições ou organizações, estudamos em escolas, retornamos ao final da jornada de trabalho para a família, manifestamos nossa espiritualidade em uma gama de diferentes templos, compartilhamos nossos problemas em grupos de auto-ajuda, trabalhamos músculos em academias, buscamos divertimentos em clubes, aulas de dança, grupos de passeios, excursões, a ‘turma’ de amigos. Enfim, passamos a vida inteira afiliando-nos a grupos de convivência.

Cada um desses contextos prega, vivencia e admite idéias mais ou menos diversas dos outros. São instituições sociais com modos particulares de oferecer valores e assuntos de relevância para seus participantes, disponibilizando diferentes sentidos para quem somos, fomos ou podemos ser, isto é, oferecendo identidades. Ao agirmos e interagirmos imersos nos interesses dessas ecologias, usamos os códigos semióticos vivenciados comunitariamente para construir as identidades sociais e pessoais que queremos evidenciar e seguirmos nossas vidas sendo considerados e aceitos normais dentro daquelas circunstâncias.

Desta forma, segundo Goffman ([1963] 1988, [1959] 1975), a condição crítica para nos tornarmos membros de uma dada comunidade diz respeito ao desenvolvimento de conhecimentos e comportamentos esperados de alguém que ocupe uma determinada posição social na referida comunidade. Criamos um repertório dos padrões de comportamentos aceitáveis e esperados ao interagirmos com os demais membros e observarmos de forma generalizada os padrões de comportamento daqueles envolvidos no mesmo processo e passamos, então, a nos fiar em tal repertório como “o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (Goffman, 1963:11) para

agirmos no grupo. Devemos preencher exigências normativas para representar e traçar nossas identidades sociais consoantes com os grupos dos quais somos parte.

Vivenciar uma cultura, ser parte dela, de seus processos, eventos, práticas e linguagens faz do ser humano um ser social, um ser que manifesta identidades sociais construídas na interdependência do ‘outro’ já que o ‘outro’ é entendido por Goffman como um microcosmo da sociedade.

2.7

Identidade pessoal

Em Estigma, Goffman apresenta, no entanto, uma outra forma de olharmos para a identidade social ao trazê-la para “um plano mais pessoal” (ibidem [1963] 1988:62). A imagem que faço é como se posicionássemos uma lupa sobre um grupo em questão. Sem deixar de entender o objeto alvo de atenção como um grupo, a lente de aumento nos levará a focalizar não mais o grupo como um todo, mas agora cada um de seus componentes, individualmente, como seres únicos, destacados de seu grupo ao mesmo tempo em que pertencem a ele. Cada um desses seres apresenta uma identidade pessoal, isto é,

“a pressuposição de que ele pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, cada um pode se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se torna, então, a substância pegajosa à qual vêm-se agregar outros fatos biográficos” (ibidem:67)

Ao nos aproximarmos da intimidade dos outros, a idéia de categorizá-los não somente mediante seus padrões comportamentais grupais, mas também como seres portadores de unicidade é bastante lógica. A começar pelos traços físicos, mesmo os gêmeos chamados idênticos, todos os seres humanos diferem-se entre si. E daqui poderíamos desfiar um rosário de características, ‘marcas positivas’ ou ‘apoio de identidade’, para usar termos de Goffman (ibidem:67), que agem diferenciando cada membro de um mesmo grupo: nomes, filiações, habilidades, impressões digitais, características físicas, atributos biológicos imutáveis, itens que são registrados de maneira permanente (certidão de nascimento, números da carteira de identidade). Todos esses são meios eficazes de tornar diferentes os

indivíduos de um mesmo grupo. Percebe-se, então que a identidade pessoal dá-se ao registro e à documentação.

Além disso, lógico também é que cada um dos membros de um grupo seja visto como a combinação única e distinta de itens, fatos, acontecimentos e marcas pessoais que constituem sua própria história de vida. Cada um dos membros do grupo traz consigo uma história, experiências, vivências, enfim, um trajeto antropológico distinto dos demais parceiros, o que acaba por defini-lo e diferenciá-lo de qualquer outra pessoa, contribuindo no traçado de sua identidade pessoal.

Devo salientar ainda que, segundo Goffman (ibidem:67) “a identidade pessoal desempenha um papel estruturado, rotineiro e padronizado na organização social, justamente devido a sua unicidade”. A identidade pessoal está implícita na social, agindo subsidiada por informações sociais e, à luz do que ocorre com a identidade social, imputa “nítidas limitações à maneira como um indivíduo pode escolher para se apresentar” (ibidem:72). Por exemplo, não é socialmente facultado a um militar fardado que se apresente como funcionário civil de uma determinada empresa sem que isso cause, no mínimo, estranheza.

Além de limitar o modo como um indivíduo escolhe se apresentar socialmente, a identidade pessoal, assim como a social, não requer necessariamente nenhuma sensação de identidade ou sentimento de subjetividade por parte do indivíduo cuja identidade está em voga. Segundo Goffman (ibidem:116),

“As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. No caso da identidade pessoal, esses interesses e definições podem surgir antes mesmo de o indivíduo nascer e continuam depois dele haver sido enterrado, existindo, então, em épocas em que o próprio indivíduo não pode ter nenhuma sensação, inclusive as sensações de identidade”.

Até então tenho falado de um indivíduo pertencente a um ou mais grupos sociais, que corresponde a expectativas comportamentais de tais grupos e cuja identidade pessoal é passível de estar registrada quer em documentos pessoais, quer na memória das pessoas com quem convive. Tenho falado de “uma entidade sobre a qual se pode estruturar uma história. (...) Ele é certamente um objeto para biografia” (ibidem:73). Sua vida, além de estar documentada, pode ser contada,

escrita e inscrita de forma biográfica, sujeita à construção retrospectiva por parte de um biógrafo, não sendo seus sentimentos sequer necessários.

Enquanto objeto de biografia, trataríamos de um indivíduo radicalizado enquanto mero produto da vida em sociedade. Estaríamos arriscando compreendê-lo enquanto um receptáculo de idéias e valores, uma manifestação identitária totalmente constrangida e determinada pelo meio social, enfim, uma disciplinada marionete social, termo proposto por Gubrium & Holstein (2000:5). Seria a visão de um indivíduo que procura desesperadamente, em meio a tantas ofertas identitárias promovidas por agrupamentos e interações sociais, corresponder a expectativas e apelos externos, aceitando as imposições identitárias, quaisquer que sejam, feitas pelas pontas de baionetas sociais.

Resgato uma vez mais uma imagem proposta anteriormente. Pensemos novamente na imagem da lupa posicionada sobre um grupo em questão. Em um primeiro momento, a lente de aumento da lupa faz ressaltar, em meio às identidades sociais que emanam de agrupamentos, identidades pessoais, isto é, podemos focalizar cada indivíduo de um grupo reconhecendo-o como um ser distinto dos outros. Todavia, se a lupa possuir uma lente de aumento bastante potente, nos será oferecida uma visão renovada desses indivíduos. Uma visão que os distancie das marionetes ou dos robôs programáveis e os aproxime da visão socioconstrucionista, sobre a qual discorri anteriormente. Seria uma visão de seres que vivem uma batalha diária, em meio ao fogo cruzado de aceitar e rejeitar uma gama de exigências sociais em suas vidas cotidianas. Afinal, estamos falando de gente de carne e osso, gente que transpira, que ri e chora, gente que fala e narra!

Creio que um ajuste de foco, tanto na questão da representação dos papéis sociais quanto no gerenciamento das informações sociais que nutrem as identidades pessoais, possa nos levar a pensar acerca de domínios, em cada um desses indivíduos, que tratem de um certo sentido “de interioridade, liberdade, individualidade e de estar mergulhado em uma natureza” (Taylor, 2005:9). É sobre a questão da agentividade que trato a seguir.

2.8

Identidade e agência

Goffman ([1963] 1988, [1959] 1975) diz ser possível encontrar um meio termo, um lugar para as identidades nem tanto transcendentais, nem tanto meras sombras sociais. Como já exposto, as normas relativas à identidade social referem-se aos tipos de repertórios de papéis ou perfis que qualquer indivíduo pode sustentar. Desta feita, desde que o indivíduo possa habilmente agir e se comportar conforme um membro do grupo, assim será considerado. Ele pode até mesmo conseguir parecer ser, mas consciente de estar apenas interpretando um papel. Tal ação pode perfeitamente ser intencional, contudo sendo intencional ou não, há sempre agência por parte do indivíduo que representa tais papéis.

Corroborando com a questão da agentividade, a identidade pessoal está sujeita ao tipo de controle de informação que o indivíduo pode exercer com propriedade. Cada indivíduo pode, em maior ou menor grau, manipular as informações pessoais a seu respeito, controlando, de certa forma, a faceta de sua identidade pessoal que deseja apresentar. Por exemplo, um combatente pára-quedista, ao precisar se identificar em uma situação cotidiana qualquer, pode optar por apresentar sua carteira de identidade civil, resguardando-se de possíveis rótulos que lhe podem ser imputados dada sua profissão.

A questão da agentividade evidencia o indivíduo como responsável, também, pelas identidades sociais e pessoais que escolhe, pretende, é impelido ou prefere representar perante o outro em cada situação. Gubrium & Holstein (2000:13) argumentam que identidades não saltam ou surgem, simplesmente, das interações sociais. Ao entendermos este indivíduo sob o ângulo dos papéis sociais que ele pode representar (Goffman, [1959] 1975:75), no afã de construir-se identidades tornando sua vida significativa e satisfatória, notamos que os atributos de unicidade, coerência e articulação identitárias, mencionados quando tratei da idéia de identidade pessoal, não se fazem valer. Este indivíduo agente pode apresentar uma multiplicidade de identidades, contraditórias, desarticuladas, sustentando e experimentando identidades bem diversas e mesmo pretendendo que não é mais algo que já havia sido.

E aqui está o ponto da questão que pretendo abordar quando tratar das identidades evidenciadas pelos pára-quedistas de minha pesquisa e do jogo lingüístico elaborado por esses homens ao manejarem-se ativos em meio a

identidades sociais e pessoais. Tratarei das identidades construídas no jogo lingüístico singular elaborado por cada uma dessas pessoas, ao interagirem com a pesquisadora e narrarem suas histórias. Neste jogo, cada enunciação dos interactantes será ouvida como produto de relações dialógicas (Bakhtin, [1979] 1981) que oferecem uma multiplicidade de identidades àquele que fala, que narra. Entendo que este jogo possa ser visto como um exemplo de uma interação cotidiana, como inúmeras outras em que esses homens se engajam, que os faz experimentar a sensação de ser alguém e de entenderem suas vidas como dignas de serem vividas. Acrescento que para entender aquilo que se passa em um dado contexto, isto é, na seara do ‘situado’, há que se considerar a cultura, a ecologia que nutre o sentido das enunciações.

Passo, a seguir, a abordar o conceito de *self* no intuito de tratar dos componentes expressivo e subjetivo daqueles que se constroem identidades.

2.9 Self

Proponho uma idéia inicial sobre a noção de um *self* subjetivo que, sem muito requinte, cada um de nós traz. Mesmo antes que os hormônios da adolescência nos levem a duvidar de nosso ‘eu’ verdadeiro por trás dos muitos papéis sociais que representamos, e sem que tenhamos, como Descartes, que elaborar sofisticados pensamentos filosóficos no *cogito* acerca de nossas existências, ou ainda antes de sermos levados a situações extremadas que nos façam proferir, atormentados, algo parecido com o “ser ou não ser” como fez o Hamlet de Shakespeare, cada um de nós sabe que existe.

Dentro da ingenuidade apresentada acima, entendemo-nos como seres que agem no espaço e no tempo, de forma causal e contínua, sentindo-nos como um ‘ser-eu’. Eu sei, sem grandes sofisticções filosóficas, que eu posso fazer algumas coisas acontecerem a minha volta e que quando faço, sou eu que faço. Sei, talvez pouco refinadamente, que eu sou um ser fisicamente separado dos outros que por sua vez também têm sua própria noção do ‘ser-eu’.

A maioria das pessoas nutre, intuitivamente, um senso de *self*, ou seja, existe uma noção básica de que existimos como pessoas com algum controle e autonomia de ação no mundo. No entanto, esta noção preliminar não salienta a

condição humana de qualificar, valorizar e atribuir significados ao mundo a sua volta, questionando-se e tomando alguma posição no âmbito dessas indagações.

Gulbriun & Hostein (2000:10) salientam que é difícil negar que esta entidade social, o *self*, seja algo em direção ao qual nos voltamos. Falamos de seus interesses ao estabelecermos objetivos pessoais, ou quando planejamos ações e metas a serem atingidas. O *self* é ainda uma entidade de onde parecemos agir, fornecendo motivação e justificativas para o que fazemos e falamos.

No intuito de conferir à idéia de *self* um aspecto mais digno de seres humanos que cogitam, indagam, duvidam e posicionam-se, retomo a metáfora da representação teatral proposta por Goffman. Segundo ele ([1959] 1975:230) a sensação de ser vem da performance sociointeracional, do desempenho de papéis sociais, do trabalho em função da imagem que se quer sustentar, quer vejamos este indivíduo

“como ator, um atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação, [quer o vejamos] como um personagem, como figura, tipicamente uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar” (Goffman, [1959] 1975:231).

Tão rico jogo identitário permite a este indivíduo, mediante as respostas recebidas da platéia para quem atua, sensações ontológicas e sentimentos existenciais. Sentimentos e sensações estes que não são necessariamente oferecidos em manifestações de identidades sociais ou pessoais, visto que essas não exigem nem mesmo que o indivíduo a quem se atribui esta ou aquela identidade exista efetivamente. Quantas vezes atribuímos identidades pessoais, por exemplo, a bebês que sequer foram gerados? Ou ainda a pessoas ou grupos inteiros que já morreram?

Desempenhar identidades implica vivê-las, em corporificá-la, em experimentá-las. E é esta ação viva e pulsante que nos confere, segundo Goffman ([1963] 1988), a sensação de um *self*, isto é, “o sentido subjetivo de sua própria situação e sua própria continuidade e caráter que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais” (ibidem:116).

Ao interpretarmos papéis sociais legitimados nos grupos a que pertencemos e banhados em códigos semióticos, valores e ideologias, somos recompensados com a possibilidade de construir nossas identidades. Assim,

“[a] própria obrigação e a vantagem de aparecer sempre sob um prisma moral constante, de ser um personagem socializado, forçam o indivíduo a ser a espécie de pessoa que é representada no palco” (ibidem[1959] 1975:230).

Apoio meu argumento em duas palavras da citação acima: ‘obrigação’ e ‘vantagem’. Quanto à obrigação, esta nos é imposta socialmente. A sociedade exige que cada um se limite às ações do papel social que interpreta em cada momento. É assim que julgamos e somos julgados normais, aceitamos e somos aceitos como parte dos contextos que frequentamos. “Há realmente muitas precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de que possa escapar do que é, possa fugir e de repente ver-se livre da própria condição” (Sartre apud Goffman, [1959] 1975:75). Penso que exigir padrões de comportamento social nos dará a certeza, o conforto e a estabilidade de saber quem é o outro e conseqüentemente quem somos nós.

Acerca da vantagem advinda da encenação, ainda que toda a encenação possa parecer um jogo, representando afiliações, valores e orientações morais, o que fazemos de fato, é encenarmos a nós mesmos, somos nossos próprios papéis, não estamos livres de nossa própria condição, como Sartre coloca. É a encenação que nos possibilita a sensação de um *self* porque é através dela que podemos evidenciar em que posição estamos, definindo-nos, interpretando-nos, compreendendo-nos. Segundo Goffman (ibidem:231)

“este *self* é um produto de uma cena que se verificou, e não uma causa dela. O *self*, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado”.

Goffman (ibidem:231, 232) complementa que os meios para produzir e manter os *self's* não se encontram no indivíduo que os encenam, visto que este *self* não é dado à posse. Os meios para se produzir e manter o *self* encontram-se entranhados na rede semiótica das instituições sociais onde ele é encenado.

“Haverá uma equipe de pessoas cuja atividade no palco junto com os suportes disponíveis construirá a cena da qual emergirá o *self* do personagem representado, e outra equipe, a platéia, cuja atividade interpretativa será necessária para esse surgimento. O *self* é um produto de todos esses arranjos e em todas as suas partes traz as marcas dessa gênese”.

Destarte, alteridade, interação, intersubjetividade, dialogismo e prática são palavras-chaves quando o que se quer é interpretar o *self*. Em turbilhões interacionais e interpretativos, atuamos, agimos e desempenhamos atitudes morais e ideológicas (Goffman, [1959] 1975:230; Harré, 2001). A noção de *self* que o vincula a nossa pulsão por identidade pretende apreender esta característica crucial do agir humano, a de que não podemos ser nada ou ninguém sem que filiemo-nos a valores e ideologias ao interagirmos socialmente. Como já procurei evidenciar anteriormente, em tempos líquidos de pós-modernidade não há espaço para entender identidade como uma plataforma de essências de onde conceitos e julgamentos emanam e transcendem o convívio e as interações sociais.

Gubrium & Holstein (2000:13) salientam, ainda, que se o *self* não é entendido como um mero recipiente, não há como ele ser saturado ou transbordar. A idéia de *self* que venho traçando permite que ele seja construído diversificadamente conforme entendimentos locais e situados daquilo que nos convém hora ou outra ou daquilo que condiciona nossas vidas. A construção de *self's* múltiplos que emerge em diferentes contextos é bastante útil aos propósitos interpessoais dos complexos contextos sociais pós-modernos. Melhor seria referir-se a este construto como *selves*, sempre no plural, já que plural e multifacetado é o tempo em que vivemos.

Somente mediante as posições que ocupamos, podemos, então, dizer que somos (ainda que momentaneamente) um *self*, “ser um *self* é uma questão de como as coisas importam para nós” (Taylor, 2005:52). E como argumentei anteriormente, ‘como as coisas importam para nós’ diz respeito a valores construídos lingüisticamente.

Assim sendo, ao partir para as análises dos dados gerados ao longo das entrevistas que realizei, o foco principal será a análise dos processos lingüístico-discursivos enunciados pelas narrativas de construção de identidades. A pergunta mais genérica é ‘Quem é esta pessoa?’, para a qual respostas como nome e genealogia não bastam mais. O que me responderá esta pergunta é o entendimento daquilo que tem importância, daquilo que faz diferença para aquele que narra, para aquele que se constrói e representa um *self* por meio de suas histórias e dos posicionamentos que assume mediante a cultura em que está imerso. As respostas à indagação ‘Quem?’ situam o respondente “como interlocutor potencial numa sociedade de interlocutores” (Taylor, 2005:46), construindo-o como um indivíduo

que se qualifica por apresentar pontos de vista e poder falar de si ao dialogar com as ideologias e valores nutridos em sua sociedade. Penso que desta forma, ‘socioconstrucionismo’ e ‘identidade de *self*’ possam conviver nas mesmas palavras, nas mesmas páginas, nas mesmas narrativas.